

EDITAL CONVOCATÓRIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 216/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025-SRP

1ª Parte: PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE OURICURI, sito à Padre Francisco Pedro da Silva, 145, centro de OURICURI/PE, CEP: 56.200-000, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração; e Órgãos Participantes, que esta subscrevem, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia e hora abaixo indicados será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observados os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como as exigências estabelecidas neste Edital. A presente licitação será realizada no ambiente da plataforma eletrônica: www.portaldeouricuri.com.br.

2ª Parte: DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS

1.0. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, ATRAVÉS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE OURICURI/PE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL:**

VALOR TOTAL: R\$ 1.179.394,70 (um milhão, cento e setenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos).

2.0. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

2.1 - O edital está disponível gratuitamente nos sítios:

<https://ouricuri.pe.gov.br/carta-de-servicos/portal-da-transparencia/>,
www.portaldeouricuri.com.br, <https://pncp.gov.br> e www.tce.pe.gov.br.

2.2 - O certame será realizado no endereço eletrônico: www.portaldeouricuri.com.br

3.0. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

3.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **29 de agosto de 2025.**

3.2. DATA LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **12 de setembro de 2025, às 23h59min**

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **15 de setembro de 2025, às 13h30min.**

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **15 de setembro de 2025, às 14h00min.**

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

3.6. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

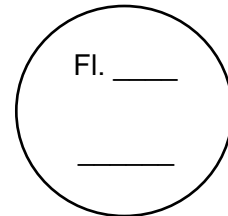
3.7. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: 10 minutos.

3.8. INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 0,01 (um centavo).

4.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no vigente Orçamento Municipal, inerente à Secretaria Contratante quando da elaboração do Termo de contrato.

4.2. Com base no art. 17, do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, preceitua: "A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil."



4.3. As despesas dos contratos do exercício subsequente correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário, quando da elaboração dos Contratos.

4.4. ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.4.1 - O Município de Ouricuri/PE, através da Secretaria de Educação, será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

4.5. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.5.1 – Não há órgãos participantes.

4.6. DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

4.6.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

4.6.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.6.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.6.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.6.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.6.6. Após a autorização do órgão gerenciador e concordância do fornecedor, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6.8. O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e pelos órgãos não participantes constam da ata de registro de preços anexa a este Edital.

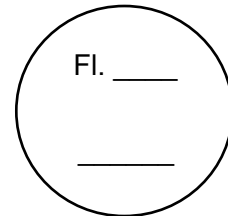
4.6.9. O órgão não participante deverá receber autorização para adesão, quando não houver prejuízo ao fornecimento do objeto ao órgão participante.

5.0. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO

5.1 - Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao Portal de Compras do Município de OURICURI/PE, com suporte técnico do sistema GM TECNOLOGIA (GM TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA - Avenida República do Líbano, nº 251, Sala 1408 - Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.464.263/0001-29).

5.1.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras do Município de OURICURI/PE, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma eletrônica.

5.1.2 - Para efetuar o cadastro no Portal de Compras do Município de OURICURI/PE, o fornecedor deverá acessar a página www.portaldeouricuri.com.br, no link "Seja um fornecedor", deverá preencher o formulário



com as informações obrigatórias (campos sinalizados como “campo obrigatório”) e anexar a documentação de credenciamento descrita na página.

5.1.3 - O fornecedor deverá enviar todos os arquivos em um único documento e em seguida, clicar no botão “**Salvar**”.

5.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras do Município da Prefeitura Municipal de OURICURI/PE e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este PREGÃO.

5.1.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.1.7 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.1.8 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.1.9 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da empresa associada (mencionada no item acima) pelo telefone **(81) 3877-1397**, ou através do e-mail: **comercial@gmcontato.com.br**.

5.2 - Poderão participar desta licitação empresas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que satisfaçam todas as condições da legislação em vigor e deste edital.

5.3 - Poderá participar desta licitação toda e qualquer pessoa jurídica isoladamente ou em consórcio, idônea cuja natureza seja compatível com o objeto licitado;

5.4 - Em se tratando de empresas participantes em forma de Consórcio, dever ao ser observadas as seguintes exigências;

5.4.1 - Será admitida para efeito de habilitação técnica, a apresentação dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado;

5.4.2 - Para participantes em forma de consórcio, será acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira;

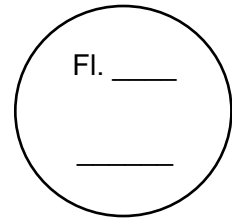
5.4.3 - O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

5.4.4 - Em caso de ser declarado vencedor, o consórcio deverá, antes da celebração do contrato, promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.4.5 - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e deverá ser apresentada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

5.5 - Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V - DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

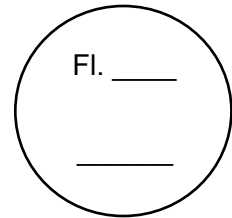
5.6 - Tratando-se de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Portal de Compras do Município (Sistema **GM Tecnologia**) no site www.portaldeouricuri.com.br o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.



- 5.7 - A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.
- 5.8 - Não poderão disputar esta licitação:
- 5.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- 5.8.2 - Autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;
- 5.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- 5.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo desta licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.8.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9 - O impedimento de que trata o item 5.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.12 - A vedação de que trata o item 5.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

- 6.1 - O cadastramento da proposta de preços inicial ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obtidas junto à plataforma eletrônica - Portal de Compras do Município de OURICURI/PE (Sistema GM Tecnologia) (www.portaldeouricuri.com.br).
- 6.1.1 - Com relação à proposta inicial, basta que a mesma seja cadastrada (preenchida) na plataforma, com a descrição do objeto ofertado e seus respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.
- 6.1.2. No ato de cadastramento da proposta deverá ser anexada, nos termos do artigo 58 da Lei nº 14.133, a comprovação de recolhimento da garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, devendo ser prestada na forma do artigo 96 da Lei 14.133.
- 6.1.2.1 - A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- I) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II) seguro-garantia;



III) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

6.1.2.2 - Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá apresentar o comprovante de DEPÓSITO BANCÁRIO, (com a identificação do depositante/licitante) a ser feito em nome da Prefeitura Municipal de OURICURI/PE, **Conta Corrente nº 70294-3, Agência nº 2371-X - Banco do Brasil**, sendo que depósitos efetuados em caixas de autoatendimento, só serão validados após sua compensação.

6.1.2.3 - Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes.

6.1.2.4 - Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento original fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

- Beneficiário: Prefeitura Municipal de OURICURI/PE.

- Objeto: Garantia da participação na PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2025-SRP.

- Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da Contratação.

- Prazo de Validade: 60 (sessenta) dias.

6.1.2.5 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

6.1.2.6 - Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

6.2 - No preenchimento da proposta inicial, por meio da plataforma digital, deverá ser informado necessariamente o seguinte:

a) Indicação em cada lote da especificação do objeto licitado com todos seus itens, se a disputa for por lote, bem como a indicação do valor unitário do item com descrição detalhada, se a disputa for por item, de acordo com o disposto no Termo de Referência deste Edital, devendo ser indicada a MARCA dos itens propostos e, neste campo, quando se tratar de prestação de serviço, inserir o termo "Próprio(a)", para que seja preservado o sigilo da proponente, sendo vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação;

b) Preço unitário de cada item e global do lote cotado, se for o caso, em algarismos, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.3 - O licitante deverá informar a condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, no ato do encaminhamento da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico do site www.portaldeouricuri.com.br.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

6.4.1 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor da plataforma eletrônica (www.portaldeouricuri.com.br) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

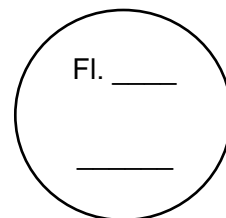
6.5 - Os licitantes somente poderão retirar ou substituir as propostas, por eles apresentadas, até a data e horário de abertura da sessão pública.

6.5.1 - A desistência de proposta somente poderá ocorrer até o horário de abertura da sessão pública (em conformidade com o disposto no Art. 18, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 c/c entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, Acórdão nº 2132/2021).

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a fase de envio de lances.

6.7 - Será vedada a identificação do licitante.

6.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.



6.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviço.

6.10 - Os preços, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.0. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Abertas as propostas iniciais, o(a) Pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, esta deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2 - Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.

7.4 - Na elaboração da proposta inicial, o preço cotado poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Anexo I – Termo de Referência presente nos autos do processo em epígrafe; entretanto, na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo estipulado pela Administração e, caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário destes deverá ser igual ou inferior aos limites previstos para cada item no Termo de Referência.

7.4.1 - Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.

7.5 - Serão desclassificadas as propostas que identifiquem o licitante, assim como quando não forem atribuídos valores a algum dos itens componentes do respectivo lote, se for o caso.

7.6 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.0. DA ETAPA DE LANCES

8.1 - O (A) Pregoeiro(a) dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.3, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 - **A disputa será realizada por LOTE**, sendo os preços registrados na ata da sessão, quando, para efeito de lances, **será considerado o valor global do respectivo LOTE**.

8.2.1 - Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço em conformidade com o item 7.4 do Edital Convocatório, quanto ao preço global. Caso não sejam realizados envios de lances, o licitante que cotou na proposta inicial o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo previsto pela Administração, junto ao Anexo I – Termo de Referência.

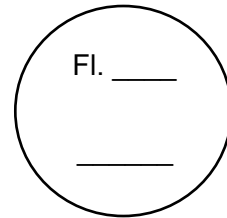
8.2.2 - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro licitante.

8.2.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.4 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.3 - Durante a sessão pública de disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao(a) Pregoeiro nem aos demais participantes.

8.4 - No caso de desconexão entre o(a) Pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.



8.4.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a)Pregoeiro persistir por um tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.

8.4.2 - Caberá ao licitante à responsabilidade por qualquer ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão da parte do próprio licitante.

8.5 - O modo de disputa adotado para este certame será o "Aberto e Fechado", nos termos do Art. 56, da Lei nº 14.133/2021, do Art. 22, inciso II e do Art. 24, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, observados os seguintes termos:

8.5.1 - A etapa inicial de envio de lances desta sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.5.2 - Encerrado o prazo previsto no item acima, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.5.3 - Encerrado o prazo aleatoriamente determinado, conforme item acima (até 10 minutos), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.3.1 - No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

8.5.4 - Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 8.5.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.5 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens acima, o sistema ordenará e divulgará os lances, conforme disposto no § 2º do art. 22, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

8.5.6 - Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº14.133/2021.

8.6 - Após a etapa de envio de lances, o sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8538/2015.

8.7 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem com preço de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, no caso desta não estar enquadrada como ME ou EPP.

8.8 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.9 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes (ME ou EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

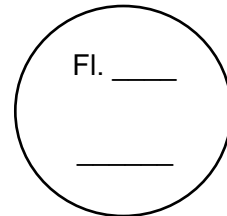
8.10 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11 - As disposições a que se referem os itens 8.6 a 8.10 não serão aplicadas nas seguintes situações:

8.11.1 - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.11.2 - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.12 - A obtenção de benefícios, a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados exuperem a receita bruta máxima admitida para



fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser apresentada declaração de observância desse limite na licitação, sob pena de perda do direito de utilização do possível benefício.

8.13 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos itens acima.

8.14 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após encerradas todas as etapas transcritas acima, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.0 - DO LICITANTE ARREMATANTE E DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

9.1 - Encerrada a etapa de envio de lances eletrônicos da sessão pública, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme previsão do Art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, nos termos do Art. 30 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.3 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28, ambos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.5 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

9.6 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, exclusivamente por meio do sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada da sua garantia, e ainda, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.7 - É facultado ao(a) Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item acima, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8 - A não apresentação da proposta de preços final e de sua garantia, exclusivamente por meio do sistema, no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, dentro do prazo estipulado no item 9.6, acarretará a desclassificação do proponente, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.9 - Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.0. DA APRESENTAÇÃO E DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇO(S) FINAL(IS)

10.1 - A proposta final deverá ser apresentada em via única original, com os preços ajustados ao menor lance, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com as especificações técnicas, quantitativos, devendo ser indicada a marca do produto e/ou fornecedor do serviço e demais informações relativas ao produto/serviço ofertado.

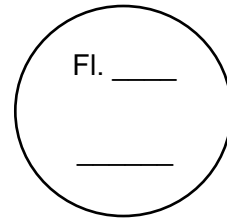
10.2 - Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

10.3 - O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de itens divergentes dos contidos no respectivo lote, se for o caso.

10.4 - Na cotação do preço unitário não será admitido o fracionamento do centavo, considerando que os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais após a vírgula, com a seguinte regra de arredondamento: se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 0 e 4, o segundo dígito após a vírgula não é alterado; se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 5 e 9, o segundo dígito após a vírgula é arredondado para cima.

10.5 - Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto.

10.6 - No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários pertinentes ao regime das cooperativas,



devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

10.7 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, sob pena de aplicações de possíveis sanções administrativas, observado o devido processo legal.

10.8 - Iniciada a fase de julgamento, o(a) Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.9 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.

10.10 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.11 - Caso observada a inexistência de sanções impeditivas da participação, será iniciado o procedimento de julgamento da(s) proposta(s) de preços finais.

10.12 - Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observado o estabelecido nas condições definidas neste edital e o disposto no Termo de Referência que norteia a contratação, sempre buscando alcançar a maior vantagem, quando serão desclassificadas as propostas que:

10.12.1 - Contiverem vícios insanáveis e/ou condições ilegais;

10.12.2 - Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.12.3 - Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.12.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.12.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.12.6 - Contiverem para o orçamento detalhado valores superiores ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do orçamento, devendo o licitante, readequar o valor dos itens do orçamento final aos valores constantes no mapa de preços emitido pela plataforma eletrônica.

10.13 - Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.14 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que venha a comprovar:

10.14.1. Que o preço de custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.14.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

10.15 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.16 - Toda desclassificação será sempre fundamentada e registrada na plataforma eletrônica.

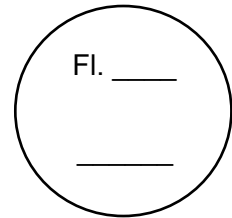
10.17 - Se a proposta de menor preço não for aceitável, o(a) Pregoeiro examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, verificando sua compatibilidade e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

11.0. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação exigidos consistem nos seguintes:

- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e seus aditivos, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;



11.1.2 - Registro comercial e seus aditivos, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;

11.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;

11.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.1.5 - Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente;

11.1.6 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, sendo esta feita mediante a apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste a execução de serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 1 ano;

11.1.6.1 - Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado;

11.1.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11.1.8. As empresas deverão comprovar, ainda a qualificação técnica, por meio de:

a) comprovação da licitante de possuir, como responsável, em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, podendo ser Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica ou Engenheiro Elétrico ou técnico em Eletrônica, ou outro profissional competente reconhecido pelo CREA ou CFT, vedada a participação desse profissional como responsável técnico em mais de uma licitante, caso em que, constatada tal fato, deverá o profissional optar por uma das licitantes, inabilitando-se as demais, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes.

b) entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

b.1 - se EMPREGADO, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado", da Carteira de Trabalho e Previdência social – CTPS.

b.2 - se SÓCIO, comprando-se a participação societária através de cópia do contrato social e aditivos.se houver devidamente registrado(s) na junta comercial.

b.3 - se CONTRATADO, apresentar contrato de prestação de serviço, com firmas reconhecidas das partes por Cartório competente, caso contrário, deverá ser apresentado documento que identifique as assinaturas dos signatários, vigente na data de abertura deste certame.

- REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.1.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

11.1.10 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.11 - Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

11.1.12 - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;

11.1.13 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;

11.1.14 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

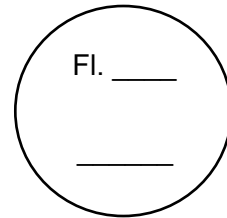
11.1.15 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

11.1.16 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1.17 – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.1.18 – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, não sendo aceita sua substituição por quaisquer outros documentos;



11.1.18.1 - A avaliação para todas as licitantes será apurada através da apresentação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Endividamento Geral (EG), a seguir definidos, calculados com 02 (duas) casas decimais, sem arredondamentos. A fonte de informação dos valores considerados deverá ser o Balanço Patrimonial, apresentado na forma da lei. Tratando-se de Sociedade Anônima, deverão ser apresentadas as Demonstrações Contábeis por meio de uma das seguintes formas: publicação em Diário Oficial, publicação em jornal de grande circulação, ou ainda, através de cópia autenticada das mesmas. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia autenticada do Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial da sede da licitante ou em outro órgão equivalente e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

a) Liquidez Geral (LG) : $LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})} \geq 1,00$

b) Liquidez Corrente (LC) : $LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})} \geq 1,00$

c) Endividamento Geral (EG) : $EG = \frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}{(\text{Ativo Total})} \leq 1,00$

11.1.18.2 - A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos;

- DECLARAÇÕES:

11.1.19 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

11.1.20 - Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

11.1.21 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.22 - Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

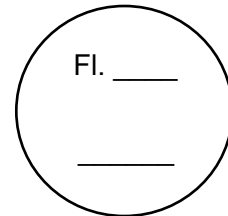
11.2 - Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data da realização da licitação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

11.2.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

11.3 - Os licitantes vencedores deverão encaminhar/anexar, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Município de OURICURI/PE (Sistema GM Tecnologia), no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, em formato digital, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, após solicitação do(a) Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogado, por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29, da Instrução Normativa SEGES/ME N° 73, de 30 de setembro de 2022.

11.4 - Os licitantes enquadrados como ME ou EPP deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei Complementar n° 123/2006.

11.5 - A não apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Município de OURICURI/PE (Sistema GM Tecnologia), no sítio eletrônico www.portaldeouricuri.com.br, dentro do prazo estipulado no item 11.3, assim como o desatendimento a algum dos requisitos de habilitação, estipulados acima, acarretará na inabilitação/desclassificação do proponente,



sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da sanção prevista no Art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

12.0. DISPOSIÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação do(a) Pregoeiro, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.2 - A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao(a) Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

13.0. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@ouricuri.pe.gov.br, informando o número desta PREGÃO e o órgão interessado ou por meio da plataforma www.portaldeouricuri.com.br

13.2 - Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3 - Os esclarecimentos serão prestados pelo(a) Pregoeiro por escrito, por meio de e-mail e pela plataforma eletrônica aos interessados.

13.4 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço Licitacao@ouricuri.pe.gov.br, informando o número desta PREGÃO e o órgão interessado ou por meio da plataforma www.portaldeouricuri.com.br.

13.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados, através da plataforma eletrônica.

13.6 - As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

13.7 - Deferida a impugnação contra o presente Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado, para esta, a contagem mínima do mesmo prazo inicial.

13.8 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente, exceto quando se tratar de matéria de ordem pública.

13.9 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.

13.9.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do presente processo.

13.10 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio da plataforma eletrônica, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

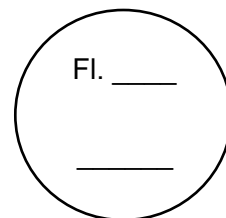
14.0. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - Declarado o vencedor, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, em campo próprio do sistema, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões por escrito, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma www.portaldeouricuri.com.br

14.2.1 - Os demais licitantes ficarão desde logo notificados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3 - Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.



14.4 - A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito e o processo poderá ser adjudicado ao licitante declarado vencedor.

14.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados através da plataforma www.portaldeOURICURI.com.br.

15.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

15.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro durante o certame;

15.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5 - Fraudar a licitação;

15.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

15.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;

15.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

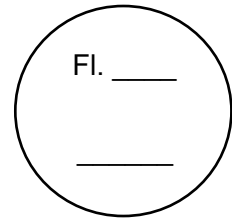
15.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



15.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

15.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

15.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.0. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

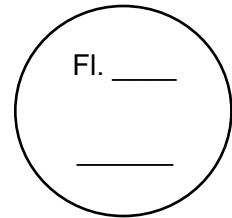
16.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 - O titular da origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

16.3 - O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17.0. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.



17.2. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

17.2.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

17.3. Antes da assinatura da Ata, do Contrato e/ou da emissão da Nota de Empenho, o Órgão Gerenciador realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

17.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus anexos, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

17.5. O Órgão Gerenciador encaminhará cópia da Ata aos Órgãos Participantes, se houver.

17.6. Quando a vencedora não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidada outra licitante pelo(a) Pregoeiro(a), desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

17.7. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo IV, será assinada pela Secretária Municipal de Saúde, órgão gestor, e participantes do Registro de Preços ou por seu substituto legal e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados, e pelos representantes dos órgãos participantes, se houver.

18.0. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar o produto/serviço com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame, visando à formação de cadastro de reserva, conforme permissivo legal do artigo 82, inciso VII da Lei nº 14.133/2021 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o produto/serviço com preços iguais à da licitante vencedora.

18.1.1. É facultada à Administração após a homologação da licitação e desde que, obedecida a ordem de classificação, convocar as licitantes remanescentes para assinarem a ata de registro de preços, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, quando esta não atender à convocação, ou no caso da exclusão do detentor de preço registrado, nas hipóteses previstas no item 21.8 deste Edital.

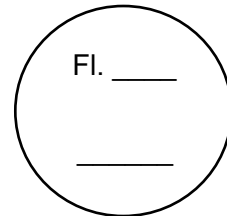
18.1.2. Ocorrido o disposto no subitem 21.1.1 deste edital, respeitada a ordem de classificação, o(a) pregoeiro(a) convocará as licitantes do cadastro de reserva para comprovar as condições de habilitação e proposta compatível com o objeto licitado. Não havendo cadastro de reserva o(a) pregoeiro(a) convocará as demais remanescentes desde que realizada a negociação nas mesmas condições de habilitação e proposta da licitante vencedora.

18.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 14.133/2021, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

18.3. O órgão participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto ao fornecedor detentor de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

18.4. O fornecedor detentor de preços registrados ficará obrigado a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos e locais a serem definidos no instrumento contratual.

18.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021.



18.6. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado, obedecida a ordem de classificação.

18.6.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem, ou seja, das adesões, não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens constantes no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes na forma em que estabelece a Lei nº 14.133/2021.

18.6.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preço não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.8. O detentor das ofertas registradas terá o seu registro cancelado quando:

18.8.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

18.8.2. Recusar-se a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços);

18.8.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

18.8.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

18.8.5. Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

18.9. A Prefeitura Municipal providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços na Imprensa Oficial e através de meio eletrônico.

18.10. As demais condições a serem estabelecidas e pactuadas na ata se encontram estabelecidas no ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

18.11. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

18.12. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante, devendo serem observados os limites previstos nos §§ 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

18.13. As quantidades previstas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através da entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

19.0. DA CONTRATAÇÃO:

19.1 - A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

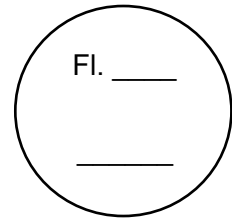
19.2 - O contratado estará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na presente licitação.

19.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

19.4.1 - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

19.4.2 - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



19.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, quando tiver sido exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

19.5.1 - A regra transcrita acima não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma item 17.4.1.

19.6 - Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente, em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens acima.

19.7 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.8 - As condições contratuais estão definidas no Anexo – Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

20.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos constantes no item 2.1 deste Edital;

20.2 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;

20.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento.

20.4 - Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Prefeitura Municipal;

20.5 - Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada;

20.6 - É facultada ao(a) Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

20.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

20.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente;

20.9 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

20.10 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

20.11 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

20.12 - O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo(a) Pregoeiro, ou ainda o não atendimento às solicitações/convocações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO;

20.13 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

20.14 - Todas e quaisquer comunicações com o Pregoeiro deverão se dar por escrito, via chat da plataforma eletrônica, na "sala virtual" onde estará acontecendo o certame;

20.15 - Fica terminantemente proibido ao Pregoeiro prestar quaisquer informações sobre a PREGÃO já publicada e/ou em andamento, sob qualquer hipótese ou pretexto usando telefonia fixa ou móvel, como forma de garantir a lisura do certame;

20.16 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de OURICURI/PE, Estado do Pernambuco.

21.0. DOS ANEXOS:

21.1 - Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
ANEXO III – Modelos de declarações
ANEXO IV – Minuta da Ata de registro de Preço
ANEXO V - Minuta do Contrato

OURICURI/PE, 27 de agosto de 2025.

Paulo Teogens de Oliveira Ferreira

Ordenador de Despesas
Secretaria de Administração

Helvia Alencar Coêlho Vila Antunez

Ordenador de Despesas
Secretaria de Assistência Social

Ivone de Medeiros Lima

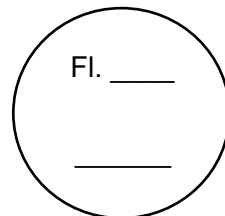
Ordenador de Despesas
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Ana Maria Parente de Brito

Ordenador de Despesas
Secretaria de Saúde



PREFEITURA DE
Ouricuri
RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025-SRP



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, ATRAVÉS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE OURICURI/PESECRETARIAS. Conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, segundo as descrições dos quadros dos lotes abaixo:

LOTE 01									
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE ADM	QTDE ASS	QTDE EDU	QTDE SAÚDE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de instalação de Ar-condicionado de até 12.000 Btus, com material auxiliar, peças, tubos de cobre, com teste de pressão e qualidade do ar ambiente.	SERV	40	20	120	60	240	R\$ 573,74	R\$ 137.697,60
2	Serviço de instalação de Ar-condicionado de até 24.000 Btus, com material auxiliar, peças, tubos de cobre, com teste de pressão e qualidade do ar ambiente.	SERV	10	0	40	10	60	R\$ 761,67	R\$ 45.700,20
3	Serviço de instalação de Ar-condicionado de até 36.000 Btus, com material auxiliar, peças, tubos de cobre, com teste de pressão e qualidade do ar ambiente.	SERV	0	0	25	5	30	R\$ 1.037,33	R\$ 31.119,90
4	Serviço de reinstalação de Ar-condicionado sem uso de material, com teste de pressão e qualidade do ar ambiente.	SERV	35	15	100	50	200	R\$ 355,57	R\$ 71.114,00
VALOR TOTAL									R\$ 285.631,70

LOTE 02									
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE ADM	QTDE ASS	QTDE EDU	QTDE SAÚDE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva de Ar-condicionado, com remoção da unidade evaporada para limpeza e higienização, instalação da evaporada, teste de pressão, qualidade do ar ambiente e conservação do aparelho.	SERV	100	50	300	200	650	R\$ 308,44	R\$ 200.486,00
2	Serviço de troca de gás em Ar-condicionado de até 12.000 Btus.	SERV	40	40	140	80	280	R\$ 225,33	R\$ 63.092,40
3	Reposição de troca de gás em Ar-condicionado de até 12.000 Btus.	SERV	70	30	220	120	440	R\$ 273,80	R\$ 120.472,00
4	Serviço de troca de gás em Ar-condicionado de até 24.000 Btus.	SERV	10	0	50	20	80	R\$ 253,33	R\$ 20.266,40
5	Reposição de troca de gás em Ar-condicionado de até 24.000 Btus.	SERV	0	10	50	20	80	R\$ 307,75	R\$ 24.620,00
6	Serviço de troca de gás em Ar-condicionado de até 36.000 Btus.	SERV	10	0	20	10	40	R\$ 306,44	R\$ 12.257,60
7	Reposição de troca de gás em Ar-condicionado de até 36.000 Btus.	SERV	10	0	20	10	40	R\$ 414,83	R\$ 16.593,20
8	Serviço de troca de capacitor em Ar-Condicionado de até 12.000 Btus, incluindo peças	SERV	40	20	160	80	300	R\$ 250,00	R\$ 75.000,00
9	Serviço de troca de capacitor em Ar-condicionado de até 24.000 Btus, incluindo peças.	SERV	40	0	100	60	200	R\$ 202,67	R\$ 40.534,00
10	Serviço de troca de capacitor em Ar-condicionado de até 36.000 Btus.	SERV	10	0	30	10	50	R\$ 226,00	R\$ 11.300,00
11	Serviço de troca de gás de (geladeira, bebedouro e freezer).	SERV	60	40	180	100	380	R\$ 240,26	R\$ 91.298,80



12	Serviço de troca de gás de (geláguia).	SERV	60	40	180	100	380	R\$ 207,59	R\$ 78.884,20
13	Serviço de troca de termostato de (geladeira, bebedouro e freezer), incluindo peça.	SERV	60	40	180	100	380	R\$ 205,00	R\$ 77.900,00
14	Serviço de troca de rele e protetor de (geladeira, bebedouro e freezer), incluindo peça.	SERV	60	40	180	100	380	R\$ 160,68	R\$ 61.058,40
VALOR TOTAL									R\$ 893.763,00

TOTAL DOS LOTES R\$ 1.179.394,70 (um milhão, cento e setenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos)

DA LOCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE CENTRAL DE AR POR SECRETARIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – DIRETORIA DE TRIBUTOS	01
2.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – TRIBUTOS ATENDIMENTOS	01
3.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS,	ELECTROLUX	ADM – CONTROLE INTERNO	01
4.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	CONSUL	ADM – ARQ. DE PESSOAL ATIVO	01
5.	AR-CONDICIONADO, 12000BTUS,	SPRINGER	ADM - TESOURARIA	01
6.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – SALA DE CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	01
7.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – GABINETE DO PREFEITO	01
8.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – SALA DE REUNIÃO/ GAB. DO PREFEITO	01
9.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	01
10.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – SETOR DE RECURSUS HUMANOS	01
11.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – SETOR DE LICITAÇÃO	01
12.	AR-CONDICIONADO, 18000BTUS, INVERTER	AGRATTO	ADM – SEC DE FINANÇAS	01
13.	AR-CONDICIONADO, 12000BTUS, INVERTER	ELGIN	ADM – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	01
14.	AR-CONDICIONADO, 12000BTUS,	CONSUL	ADM – APOIO ADMINISTRATIVO	01
15.	BEBEDOURO DE COLUNA C/2 TORNEIRAS	ESMALTEC	ADM - GABINETE DO PREFEITO	01
16.	BEBEDOURO DE COLUNA C/2 TORNEIRAS	ESMALTEC	ADM – COZINHA DA PMO/ CONTINA	01
17.	BEBEDOURO DE COLUNA C/ 2 TORNEIRAS	ESMALTEC	ADM – RECEPÇÃO DA PMO P/ O PUBLICO EM GERAL	01
18.	GELADEIRA/REFRIGERADOR, BRANCA 245L ROC31 PRO	ESMALTEC	ADM - CANTINA DA PMO	01
19.	REFRIGERADOR R13 FRIGOBAR	ELETROLUX	ADM – SALA DE EMPENHO	01
20.	AR-CONDICIONADO, 12000 BTUS	LG	ADM – SALA DE EMPENHO	01

UNIDADE – PROCON



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	BEBEDOURO DE COLUNA, 2 TORNEIRAS	ESMALTEC	REFEITORIO - PROCON	01

UNIDADE – INCRA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.				

UNIDADE – DEMUTRAN

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	GELADEIRA BRANCA, 411L	ESMALTEC	DEMUTRAN - CONTINA	01
2.	AR-CONDICIONADO, 12 BTUS	AGRATTO	DEMUTRAN – SALA DE ATENDIMENTO	01
3.	AR-CONDICIONADO, 12000 BTUS	SANSUNG	DEMUTRAN – SALADO DIRETOR DO DEMUTRAN	01
4.	AR-CONDICIONADO, 12000 BTUS	SANSUNG	DEMUTRAN – SALA DA JARI	01

UNIDADE – IDENTIDADE/ SERV. MILITAR/ RESERVISTA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	BEBEDOURO DE COLUNA, 2 TORNEIRAS	IPBL GSM 2002	CANTINA	01

UNIDADE – SERVIÇOS PÚBLICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	AGRATTO	SEC. DE SERV. PUBL – SALA DO SECRETARIO	01
2.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	AGRATTO	SEC. DE SERV. PUBL – SALA DE COORDENAÇÃO	01
3.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	AGRATTO	SEC. DE SERV. PUBL – SALA DE FISCALIZAÇÃO	02
4.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	TCL	SEC. DE SERV. PUBL – SALA DE ENGENHARIA	01
5.	AR-CONDICIONADO, 9000BTUS	PHILIP	SEC. DE SERV. PUBL – RECEPÇÃO	01
6.	GELAGUA DE MESA, 2 TORNEIRAS	ESMALTEC	SEC. DE SERV. PUBL – REFEITÓRIO	01

UNIDADE – COORDENAÇÃO DE MEIO AMBIENTE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	ELGIN	SALA DE COORDENAÇÃO DE MAM	01

UNIDADE – SECRETARIA DE TRANSPORTE

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	AGRATTO	RECEPÇÃO	01
2.	AR-CONDICIONADO, 9000 BTUS	AGRATTO	SALA DO SECRETARIO	01
3.	BEBEDOURO COLUNA, 2 TORNEIRAS	ESMALTEC	RECEPÇÃO	01

UNIDADE – SEC. DE AGRICULTURA



ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA	QTD DE EQUIPAMENTOS
1.	BEBEDOURO DE COLUNA, 2 TORNEIRAS	MASTER FRIO	RECEPÇÃO	01

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar-condicionado, 9000 btus	Electrolux	01	Sala da Administração da Assistência
02	Ar-condicionado, 18000 btus	Electrolux	01	Sala de coordenação da Administração da Assistência
03	bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Sala de coordenação da Administração da Assistência
04	geladeira, 273 l	Dako	01	Cozinha
05	bebedouro de coluna, 2 torneiras	Electrolux	01	Cozinha
06	ar condicionado, 9000 btus	Consul	01	Sala do Bolsa Família
07	ar condicionado, 18000 btus	Consul	01	Sala do Bolsa Família
08	ar condicionado, 18000 btus	Electrolux	01	Sala do Bolsa Família
09	bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Sala do Bolsa Família
10	ar condicionado, 18000 btus	Elgin	01	Recepção

UNIDADE – IDENTIDADE SOCIAL

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar-condicionado 9000 BTUS	Consul	01	Sala da Identidade Social

UNIDADE – COORDENADORIA DA MULHER

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 9000 btus	Philips	01	Sala da Coordenadoria

UNIDADE – CRAS PRAÇA DO CÉU

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Coordenação
2.	Ar condicionado 9000btus	Elgin	01	Sala de reunião do CRAS
3.	Ar condicionado 12000btus	Consul	01	Sala de reunião do CRAS
4.	Bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Sala de reunião do CRAS
5.	Ar condicionado 7500 btus	LG	01	Sala de atendimento
6.	Gelagua suspenso	Solf star	01	Cozinha
7.	Geladeira, 337 L	Dako	01	Cozinha

UNIDADE – CRIANÇA FELIZ

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Sala do Criança Feliz

UNIDADE - CREAS

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Recepção
02	Geladeira, 300 L	Consul	01	Cozinha
03	Ar condicionado 9000 btus	Elgin	01	Sala da Coordenação
04	Ar condicionado 9000 btus	Consul	01	Sala da Coordenação

UNIDADE – CONSELHO TUTELAR

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Geladeira, 218 Litros	Esmaltec	01	Cozinha
2.	Ar condicionado 9000 btus	Electrolux	01	Sala de atendimento
3.	Ar condicionado 12000 btus	Electrolux	01	Sala dos conselheiros

UNIDADE – CRAS CAPELA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltc	01	Recepção



2.	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Sala do Psicólogo e do Assistente social
3.	Geladeira, 337 Litros	Dako	01	Cozinha
4.	Bebedouro suspenso	Solf star	01	Cozinha

UNIDADE – CRAS NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Ar condicional 9000btus	Electrolux	01	Sala da Assistente social
2.	Ar condicional 9000btus	Consul	01	Sala da Coordenação/ Psicólogo
3.	Geladeira, 254 Litros	Consul	01	Cozinha 01
4.	Bebedouro de coluna, 2 torneiras	Esmaltec	01	Cozinha 02

UNIDADE – COZINHA COMUNITÁRIA 01

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Ar condicionado 7500btus	Midia	01	Sala da Coordenação
2.	Bebedouro industrial, 100L, 3 torneiras	Centro frio	01	Refeitório
3.	Freezer, 400L	Electrolux	03	Cozinha
4.	Freezer, 400L	Esmaltec	02	Cozinha
5.	Geladeira 378 L	Brastemp	01	Cozinha

UNIDADE – COZINHA COMUNITÁRIA 02

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
1.	Bebedouro industrial, 100L, 3 torneiras	Centro frio	01	Refeitório
2.	Geladeira, 271 L	Electrolux	01	Cozinha
3.	Geladeira, 234 L	Electrolux	01	Cozinha
4.	Freezer, 400 L	Electrolux	01	Cozinha
5.	Freezer, 400L	Electrolux	01	Cozinha
6.	Freezer, 400L	Electrolux	01	Cozinha

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Item	Especificações	Marca	Local	Local em que o bem se encontra	Quant.
1.	Bebedouro de coluna 2 torneira	Esmaltec	Sede Seduc	Sala pedagógica	01
2.	Bebedouro de coluna 2 torneira	Esmaltec	Sede Seduc	Setor de transferência	01
3.	Bebedouro de coluna 2 torneira	Esmaltec	Sede Seduc	Sala do pdde	01
4.	Ar-condicionado 9.000 btus, inverter	Agratto	Sede Seduc	Sala da secretária	01
5.	Ar-condicionado 7.500 btus, inverter	Agratto	Sede Seduc	Sala do pdde	01
6.	Ar-condicionado 7.500 btus, inverter	Agratto	Sede Seduc	Sala da adm.	01
7.	Refrigerador branco re31 240l	Eletrolux	Sede Seduc	Cozinha	01
8.	Frigobar 120l	Consul	Sede Seduc	Sala da secretária	01
9.	Refrigerador 275l	Esmaltec	Depósito De Merenda	Depósito de merenda	01
10.	Freezer 437l 2 portas mod. Ech	Esmaltec	Depósito De Merenda	Depósito de merenda	03
11.	Freezer antigo		Depósito De Merenda	Depósito de merenda	01
12.	Ventilador de parede 50cm	Ventisol	Depósito De Merenda	Depósito de merenda	01
13.	Ar condicionado 9000 btus	Agralto	Caee	Sala da psicóloga	01
14.	Ar condicionado 18000 btus	Agralto	Caee	Sala da psicopedagoga	01
15.	Bebedouro de coluna 2 torneira	Esmaltec	Caee	Recepção	01
16.	Refrigerador 245l	Esmaltec	Caee	Cozinha	01
17.	Ar-condicionado, 12000 btus, inverter	Agratto	E.M. Joaquim Angelim	Sala dadiretora	01



18.	Ar-condicionado, 12000 btus, inverter	Agratto	E.M. Joaquim Angelim	Sala dos professores	01
19.	Ar-condicionado, 12000 btus,	Agratto	E.M. Joaquim Angelim	Sala do aee	01
20.	Ar-condicionado, 12000 btus	Agratto	E.M. Joaquim Angelim	Sala de aula	06
21.	Bebedouro de mesa c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Joaquim Angelim	Secretaria	01
22.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	Esmaltec	E.M. Joaquim Angelim	Pátio	01
23.	Geladeira/refrigerador, branca 382 l df42 frost free	Eletrolux	E.M. Joaquim Angelim	Cantina	01
24.	Freezer ech250	Esmaltec	E.M. Joaquim Angelim	Cantina	01
25.	Freezer pequeno 1 porta		E.M. Joaquim Angelim	Cantina	01
26.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverte	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala da diretora	01
27.	Ar-condicionado, 9000 btus,	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala de aula	01
28.	Ar-condicionado, 9000 btus	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala de aula	01
29.	Ar-condicionado, 18000btus, inverte	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala robótica	01
30.	Ar-condicionado, 18000btus, inverte	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala da aee	01
31.	Ar-condicionado, 18000btus, inverte	Agratto	E.M. São Sebastião	Sala de aula	11
32.	Refrigerador r13 freezer – 305 l – 1 porta	Eletrolux	E.M. São Sebastião	Cantina	01
33.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. São Sebastião	Diretoria	01
34.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	Esmaltec	E.M. São Sebastião	Coordenação	01
35.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Consul	E.M. São Sebastião	Cantina	01
36.	Refrigerador r13 214 l – 1 porta	Esmaltec	E.M. São Sebastião	Cantina	01
37.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	Esmaltec	E.M. São Sebastião	Coordenação	01
38.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Consul	E.M. São Sebastião	Cantina	01
39.	Refrigerador r13 – 214 l – 1 porta	Esmaltec	E.M. São Sebastião	Cantina	01
40.	Ar-condicionado, 9000 btus, springer	Midea	E.M. Minervino Damasceno Coelho	Sala dos professores	01
41.	Ar-condicionado, 18000 btus, inverte	Agratto	E.M. Minervino Damasceno Coelho	Secretaria	01
42.	Geladeira branca, frost free	Electrolux	E.M. Minervino Damasceno Coelho	Cantina	01
43.	Frezer branco	Consul	E.M. Minervino Damasceno Coelho	Cantina	01



44.	Bebedouro industrial 5 torneiras inox		E.M. Minervino Damasceno Coelho	Patio	01
45.	Bebedouro coluna 1 torneira		E.M. Minervino Damasceno Coelho	Cantina	01
46.	Bebedouro c/ 2 torneiras de coluna	Esmaltec	E.M. São Cristovão	Sala dos professores	01
47.	Bebedouro de mesa c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. São Cristovão	Sala de aula	04
48.	Freezer 305 l	Electrolux	E.M. São Cristovão	Cantina	01
49.	Geladeira branca 275 l	Consul	E.M. São Cristovão	Cantina	01
50.	Bebedouro coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Prof. Aldo Aquino Bezerra	Secretaria	01
51.	Bebedouro industrial c/4 torneiras	Esmaltec	E.M. Prof. Aldo Aquino Bezerra	Pátio	01
52.	Bebedouro de industrial c/ 2 torneiras	Knox	E.M. Prof. Aldo Aquino Bezerra	Pátio	01
53.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Esmaltec	E.M. Prof. Aldo Aquino Bezerra	Pátio	01
54.	Refrigerador, prata 386l	Consul	E.M. Prof. Aldo Aquino Bezerra	Cantina	01
55.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverter	Agratto	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala da diretora	01
56.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverter	Agratto	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Secretaria	01
57.	Ar-condicionado, 9000btus, inverter	Agratto	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala dos professores	01
58.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverter	Agratto	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Aee	01
59.	Ar-condicionado, 9000 btus	Philco	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala de aula	04
60.	Ar-condicionado, 24000 btus	Electrolux	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala de aula	01
61.	Ar-condicionado, 9000btus,	Elgin	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala de aula	05
62.	Bebedouro industrial c/2 torneiras	lbbl	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Pátio	01
63.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Sala dos professores	01
64.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Secretaria	01
65.	Refrigerador crc28e	Consul	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Dispensa	01



66.	Refrigerador cra30fbbna10	Consul	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Dispensa	01
67.	Refrigerador crc24c	Consul	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Cantina	01
68.	Freezer h500	Electrolux	E.M. Maria Gorete Soares Ramos	Dispensa	01
69.	Bebedouro industrial c/4 torneiras		E.M. Anisio Coelho	Cantina	01
70.	Freezer pequeno 1 porta	Esmaltec	E.M. Anisio Coelho	Almoxarifado	01
71.	Refrigerador 275l	Consul	E.M. Anisio Coelho	Depósito de merenda	01
72.	Refrigerador 275l	Continental	E.M. Anisio Coelho	Depósito de merenda	01
73.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Anisio Coelho	Cantina	01
74.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Anisio Coelho	Sala aee	01
75.	Freezer 2 tampas 411l	Consul	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Cantina	01
76.	Refrigerador branca 342l	Consul	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Cantina	01
77.	Refrigerador marrom 280l	Consul	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Cantina	01
78.	Ar-condicionado 12.000 btus	Eletrolux	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Sala dos professores	01
79.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Sala dos professores	01
80.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Secretaria	01
81.	Bebedouro industrial 4 torneiras		C.M. Dr José Coriolano Sobrinho	Pátio	01
82.	Bebedouro industrial c/4 torneiras	Termisa	E.M. Maria Muniz Bezerra	Cantina	01
83.	Freezer horizontal, branca c/2 portas 3025l efh350	Esmaltec	E.M. Maria Muniz Bezerra	Cantina	01
84.	Geladeira/refrigerador, branca 245l cra30fbb	Consul	E.M. Maria Muniz Bezerra	Cantina	01
85.	Bebedouro/geláguá 2 torneira	Esmaltec	E.M. Maria Muniz Bezerra	Secretaria	01
86.	Refrigerador degelo 261l	Consul	E.M. Maria Das Graças T. P. Times	Cantina	01
87.	Freezer/cooler 2 tampas h400	Eletrolux	E.M. Maria Das Graças T. P. Times	Deposito de merenda	01
88.	Bebedouro industrial 5 torneira 200ltsc/filtro inox	Marchezan	E.M. Maria Das Graças T. P. Times	Pátio	01



89.	Ar- condicionado 12000 btus	Homeco	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Sala de informática	01
90.	Bebedero industrial com 4 torneiras	Termisa	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Pátio	01
91.	Geladeira com refrigerador branca 270l	Continental	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Deposito merenda	01
92.	Geladeira com refrigerador branca 330l	Consul	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Cozinha	01
93.	Freezer 2 portas	Eletrolux	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Deposito merenda	01
94.	Ventilador de parede 50cm	Arge	E.M. Moyses Mendes Da Costa	Brinquedoteca	01
95.	Refrigerador	Consul	E.M. João Nenem De Macedo	Secretaria	01
96.	Refrigerador	Eletrolux	E.M. João Nenem De Macedo	Cantina	01
97.	Freezer	Esmaltec	E.M. João Nenem De Macedo	Cantina	01
98.	Bebedouro industrial	Termisa	E.M. João Nenem De Macedo	Pátio	01
99.	Ar-condicionado, 12000btus, inverte	Agratto	G. Escolar Da Extrema	Falta instalar	07
100.	Bebedouro industrial c/4 torneiras	Esmaltec	G. Escolar Da Extrema	Pátio	01
101.	Freezer/cooler h300		G. Escolar Da Extrema	Cantina	01
102.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	G. Escolar Da Extrema	Cantina	01
103.	Refrigerador branca h300	Esmaltec	G. Escolar Da Extrema	Cantina	01
104.	Bebedouro/gelágua 2 torneira	Esmaltec	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Secretaria	01
105.	Bebedouro/gelágua 2 torneira	Esmaltec	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Sala dos professores	01
106.	Bebedouro industrial 3 torneira 200ltsc/filtro inox	Marchezan	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Pátio	01
107.	Freezer/cooler 2 tampas 475l	Esmaltec	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Cantina	01
108.	Refrigerador bplex 375l	Eletrolux	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Cantina	01
109.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverte	Eletrolux	E.M. Joaquim Manoel- Sta. Rita	Biblioteca	01



110.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	Knox	E.M. Ginásio São Pedro	pátio	01
111.	Geladeira/refrigerador, branca 370l roc31 pro	Continental	E.M. Ginásio São Pedro	cantina	01
112.	Freezer/ refrigerador, branca/ ech350	Esmaltec	E.M. Ginásio São Pedro	cantina	02
113.	Ar-condicionado, 9000 btus, inverte	Philco	E.M. Galdêncio Alves	Sala de estudos	01
114.	Bebedouro coluna 2 torneira	Esmaltec	E.M. Galdêncio Alves	Biblioteca	02
115.	Bebedouro industrial c/3 torneiras inox 100l	Knox	E.M. Galdêncio Alves	Pátio	01
116.	Bebedouro industrial c/3 torneiras inox 50l	Knox	E.M. Galdêncio Alves	Pátio	01
117.	Purificador com 2 torneiras	Everest	E.M. Galdêncio Alves	Sala dos professores	02
118.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Consul	E.M. Galdêncio Alves	Cantina	01
119.	Refrigerador crc 280l, bege	Consul	E.M. Galdêncio Alves	Cantina	01
120.	Freezer 325l branco mod. Ch350	Esmaltec	E.M. Galdêncio Alves	Cantina	01
121.	Freezer h500 2 portas	Eletrolux	E.M. Ulisses Guimarães	Cantina	01
122.	Freezer 1 porta	Esmaltec	E.M. Ulisses Guimarães	Cantina	01
123.	Freezer modelo: mdrc280sla12 1 porta	Midea	E.M. Ulisses Guimarães	Cantina	01
124.	Refrigerador rcd 340l	Esmaltec	E.M. Ulisses Guimarães	Cantina	01
125.	Bebedouro industrial c/3 torneiras inox	Knox	E.M. Ulisses Guimarães	Pátio	01
126.	Bebedouro coluna 2 torneira	Esmaltec	E.M. Altina Maria De Almeida	Secretaria	01
127.	Bebedouro coluna 2 torneira	Esmaltec	E.M. Altina Maria De Almeida	Sala dos professores	01
128.	Bebedouro industrial c/3 torneiras inox		E.M. Altina Maria De Almeida	Pátio	01
129.	Refrigerador branco 275l	Consul	E.M. Altina Maria De Almeida	Cantina	01
130.	Refrigerador branco 245l roc31 pro	Esmaltec	E.M. Altina Maria De Almeida	Cantina	01
131.	Freezers 1 porta	Esmaltec	E.M. Altina Maria De Almeida	Cantina	02
132.	Freezers 1 porta	Consul	E.M. Altina Maria De Almeida	Cantina	01
133.	Bebedouro coluna 2 torneira	Esmaltec	Escola Rural Ouricuri	Secretaria	01
134.	Bebedouro industrial c/4 torneiras inox	Esmaltec	Escola Rural Ouricuri	Pátio	01
135.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Consul	Escola Rural Ouricuri	Cantina	02



136.	Freezer 300l	Fricon	Escola Rural Ouricuri	Cantina	01
137.	Bebedouro gela agua c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Pedro Teles	Secretaria	01
138.	Bebedouro industrial c/2 torneiras	Knox	E.M. Pedro Teles	Pátio	01
139.	Refrigerador frigobar	Esmaltec	E.M. Pedro Teles	Cantina	01
140.	Geladeira/refrigerador, branca 245l	Dako	E.M. Pedro Teles	Cantina	01
141.	Ventilador de parede 50cm	Ventisol	E.M. Pedro Teles	Secretaria	02
142.	Bebedour industrial c/3 torneiras inox	Marchezan	E.M. Manuel Delmondes De Araujo	Pátio	01
143.	Freezer	Esmaltec	E.M. Manuel Delmondes De Araujo	Cantina	02
144.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Manuel Delmondes De Araujo	Cantina	02
145.	Geladeira mod. Roc 31pot 245l	Esmaltec	E.M. Belarmino José	Cantina	01
146.	Frizeer antigo sem leitura	Eletrolux	E.M. Belarmino José	Cantina	01
147.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Frisbel	E.M. Belarmino José	Pátio	01
148.	Ar condicionado cst 12 fri4-02 12.000 btus	Agrato	E.M. Belarmino José	Sala de aula	04
149.	Ar condicionado mod.24 rwcB 9.000 btus maxflex	Splinger	E.M. Belarmino José	Sala de aula	01
150.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Helena Barreto De Alencar	Cantina	01
151.	Refrigerador bege clean 275l	Brastemp	E.M. Helena Barreto De Alencar	Cantina	01
152.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. José Elias De Medeiros	Cantina	01
153.	Refrigerador branco 240l	Eletrolux	E.M. José Elias De Medeiros		
154.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. José Izidio Lopes	Secretaria	01
155.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. José Izidio Lopes	Cantina	01
156.	Freezer 200l 1 porta	Midea	E.M. José Izidio Lopes	Cantina	01
157.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox		E.M. José Izidio Lopes	Cantina	01
158.	Bebedour de mês c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Manoel Lopes Vieira	Cantina	01
159.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Manoel Lopes Vieira	Cantina	01
160.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Teodoro Felix	Cantina	01
161.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Teodoro Felix	Sala dos profesores	01



162.	Refrigerador branca 275l	Consul	E.M. Teodoro Felix	Cantina	01
163.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Frisbel	E.M. Joaquim Gonçalves Da Silva	Cantina	01
164.	Refrigerador branca 275l	Consul	E.M. Joaquim Gonçalves Da Silva	Cantina	01
165.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Jubelino Vieira De Matos	Cantina	01
166.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Jubelino Vieira De Matos	Sala de aula	01
167.	Refrigerador branca 271l	Esmaltec	E.M. Jubelino Vieira De Matos	Cantina	01
168.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Zacarias Ribeiro De Araújo		01
169.	Refrigerador branca 271l	Esmaltec	E.M. Zacarias Ribeiro De Araújo		01
170.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Paulo Guerra li	Cantina	01
171.	Refrigerador branca 261l	Midea	E.M. Paulo Guerra li	Cantina	01
172.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. São Luiz	Cantina	01
173.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. São Luiz	Cantina	01
174.	Freezer 1 porta 300l	Esmaltec	E.M. São Luiz	Cantina	01
175.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Padre Pedro Modesto Ferraz	Cantina	01
176.	Refrigerador branca 260l	Conun	E.M. Padre Pedro Modesto Ferraz	Cantina	01
177.	Freezer, 1 porta 205l	Eos	E.M. Padre Pedro Modesto Ferraz	Cantina	01
178.	Refrigerador, branca 270l	Esmaltec	E.M. São João Batista	Cantina	01
179.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. São João Batista	Cantina	01
180.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Adones Pedro Da Silva	Cantina	01
181.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Adones Pedro Da Silva	Cantina	01
182.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Felix Pereira		01
183.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Felix Pereira		01
184.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Felix Pereira		01
185.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. José Idalino Do Rego Barros	Cantina	01
186.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. José Idalino Do Rego Barros	Cantina	01
187.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E.M. Antonio Manoel Filho	Cantina	



188.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Antonio Manoel Filho	Cantina	
189.	Bebedour de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	E. M. Antônio Severiano Alencar		
190.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E. M. Antônio Severiano Alencar		
191.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	K nox	E.M. Chapada Dos Severos	Sala de aula	
192.	Refrigerador, branca 245l roc31 pro	Consul	E.M. Chapada Dos Severos	Cantina	01
193.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	K nox	E.M. Alexandre Galdino De Araujo	Cantina	01
194.	Geladeira/refrigerador, branca 245l roc31 pro	Continental	E.M. Alexandre Galdino De Araujo	Cantina	01
195.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	K nox	E.M. André Moreira Da Costa	Cantina	01
196.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. André Moreira Da Costa	Cantina	01
197.	Bebedouro industrial c/3 torneiras	K nox	E.M. Sebastião Rodrigues Da Silva	Cantina	01
198.	Refrigerador branca 245l	Continental	E.M. Sebastião Rodrigues Da Silva	Cantina	01
199.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Martiliano Rodrigues Dos Santos	Cantina	01
200.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Martiliano Rodrigues Dos Santos	Cantina	01
201.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Martiliano Rodrigues Dos Santos Anexo	Cantina	01
202.	Refrigerador branca 275l	Eletrolux	E.M. Martiliano Rodrigues Dos Santos Anexo	Cantina	01
203.	Bebedour industrial c/3 torneiras inox	Knox	E.M. Pacifico Rodrigues Da Silva	Cantina	01
204.	Refrigerador branca 275l	Eletrolux	E.M. Pacifico Rodrigues Da Silva	Cantina	01
205.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Maria Do Socorro M. De Sá Coelho	Cantina	
206.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Maria Do Socorro M. De Sá Coelho	Cantina	
207.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Maria Do Socorro R, De Castro	Cantina	01



208.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Maria Do Socorro R, De Castro	Cantina	01
209.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Sítio Lava Roupa	Cantina	01
210.	Refrigerador biplex branca 386l	Consul	E.M. Sítio Lava Roupa	Cantina	01
211.	Bebedour industrial c/2 torneiras inox	Knox	E.M. Antonio Pereira Luna	Cantina	01
212.	Refrigerador branca 245l	Esmaltec	E.M. Antonio Pereira Luna	Cantina	01
213.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	Creche Maria De Nazaré M. Soares	Cantina	01
214.	Refrigerador branca 300l	Consul	Creche Maria De Nazaré M. Soares	Cantina	01
215.	Refrigerador biplex branca 300l	Consul	Creche Maria De Nazaré M. Soares	Cantina	01
216.	Freezer 1 porta 300l	Consul	Creche Maria De Nazaré M. Soares	Cantina	01
217.	Bebedouro de coluna c/2 torneiras	Esmaltec	Creche José Cavalcante De Moraes	Secretaria	01
218.	Freezer 2 portas 339l	Esmaltec	Creche José Cavalcante De Moraes	Cantina	01
219.	Refrigerador branca 340l roc 31 pro	Consul	Creche Maria Do Socorro Da Silva Severo	Sala dos professores	01
220.	Freezer 2 portas	Esmaltec	Creche Maria Do Socorro Da Silva Severo	Cantina	01
221.	Bebedouro c/1 torneira industrial inox	Masterfrio	Creche Maria Do Socorro Da Silva Severo	Secretaria	01

SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE - TESTE DO PEZINHO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 310l	Esmaltec	01	Sala de coleta
02	Bebedouro(gelágua)	Esmaltec	01	Copa (c/defeito)

UNIDADE - CTA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro (gelágua)	Esmaltec	01	Recepção
02	Geladeira 375l	Consul	01	Sala de coleta
03	Ar condicionado 7000btus	Consul	01	Sala de Coleta
04	Geladeira 320l	CCE	01	Copa
05	Geladeira 375l	Dako	01	Copa (c/defeito)

UNIDADE - CAF

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000 btus	Gree	01	Área de dispensação
02	Geladeira 300l	Consul	01	Área de dispensação
03	Ar condicionado 18000 btus	Komeco	01	Centro de Distribuição



UNIDADE - VIGILANCIA SANITÁRIA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado (janela) 10000 btus	Consul	01	Coordenação
02	Bebedouro (gelágua)	Esmaltec	01	Coordenação

UNIDADE - PNI

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 7000 btus (janela)	Springer	01	Coordenação
02	Bebedouro mesa	Esmaltec	01	Sala de vacina
03	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Sala de vacina
04	Geladeira 261l	Consul	01	Sala de vacina
05	Geladeira 375l	Consul	01	Sala de vacina
06	Geladeira 340l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - CEREST

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 18000 btus	LG	01	Sala dos Técnicos

UNIDADE - CAPS

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
04	Geladeira 278l	Esmaltec	01	Copa (c/defeito)
05	Freezer 201l	Electrolux	01	Copa
06	Ar condicionado 12000btus Inverter	Consul	01	Consultório

UNIDADE - LABORATÓRIO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro	IBBL	01	Recepção
02	Ar condicionado 9000btus	LG	01	Recepção
03	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Sala de Coleta
04	Ar condicionado 7000btus	Electrolux	01	Baciloscopia
05	Geladeira 261l	Consul	01	Baciloscopia
06	Geladeira 320l	Dako	01	Bioquímica
07	Geladeira 200l	Esmaltec	01	Bioquímica
08	Ar condicionado 7000btus	Electrolux	01	Citologia
09	Ar condicionado 7000btus	Electrolux	01	Bioquímica

UNIDADE - TFD

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	Samsung	01	Coordenação
02	Ar condicionado 12000btus inverter	Agratto	01	Regulação
03	Ar condicional 30000btus	Electrolux	01	Recepção
04	Bebedouro de parede	Soft Star	01	Recepção
05	Bebedouro vertical	Masterfrio ICY	01	Copa

UNIDADE - POLICLÍNICA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 7000btus inverter	Agratto	01	Sala USG
02	Ar condicionado 9000btus janela	LG	01	Consultório 1
03	Ar condicionado 7000btus janela	Electreolux	01	Fonoaudiologia
04	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Regulação
05	Ar condicionado 9000btus janela	LG	01	ABA
06	Ar condicionado 7000btus	Agratto	01	Ginecologia
07	Ar condicionado 9000btus janela	LG	01	Consultório 2
08	Ar condicionado 7000btus janela	Multiar	01	Diretoria
09	Ar condicionado 7000btus	Agratto	01	Raio-x
10	Ar condicionado 12000btus	Midea	01	Sala procedimento



11	Geladeira 280l	Consul	01	Copa
12	Bebedouro parede	Soft everest	01	Copa
13	Ar condicionado 12000	LG	01	Fisioterapia

UNIDADE - SEDE

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
02	Ar condicionado 9000btus	Springer	01	Rh
03	Ar condicionado 9000btus	Springer	01	Financeiro
04	Ar condicionado 9000btus ecoinverter	Elgin	01	Coordenação
05	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Direção
06	Ar condicionado 12000btus	Springer	01	CPD
07	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Vigilância
08	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	E-mult
09	Geladeira 280l	Consul	01	Copa

UNIDADE - SANTO ANTÔNIO I

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
02	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Sala de vacina
03	Geladeira 320l	Dako	01	Sala de vacina
04	Ar condicionado 7000btus	Consul	01	Consultório enfermeiro
05	Ar condicionado 9000btus	Springer	01	Consultório médico
06	Ar condicionado 9000btus	LG	01	Consultório odontológico

UNIDADE - SANTO ANTÔNIO II

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
02	Ar condicionado 9000btus inverter	Agratto	01	Sala de vacina
03	Geladeira 245l	Esmaltec	01	Sala de vacina
04	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Consultório médico
05	Geladeira 300l	Consul	01	Copa

UNIDADE - SÃO SEBASTIÃO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Libell	01	Recepção
02	Ar condicionado 7000btus	Consul	01	ACS/Procedimento (c/defeito)
03	Ar condicionado 7000btus	Green	01	Sala de vacina
04	Ar condicionado 7000btus	Green	01	Consultório enfermeiro
05	Ar condicionado 7000btus	Consul	01	Consultório médico(recurso próprio)
06	Geladeira 380l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - SANTA MARIA I E II

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
02	Ar condicionado 9000btus	TCL	02	Consultório médico
03	Geladeira 261l	Consul	02	Sala de vacina/Copa
04	Ar condicionado 9000btus	LG	01	Vacina
05	Geladeira 320l	Dako	01	Copa

UNIDADE - NOSSA SENHORA DO CARMO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 9000btus	Samsung	01	Sala de vacina
02	Geladeira 360l	Consul	01	Sala de vacina
03	Ar condicionado 7000btus	Philco	01	Consultório enfermeiro
04	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
05	Ar condicionado 7000btus	Agratto	01	Consultório odontológico

UNIDADE - ALTO PARAÍSO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
------	-------------	-------	------------	--------------------------------



01	Ar condicionado 12000btus	Springer	02	Consultório enfermeiro / procedimento
02	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
03	Geladeira 261l	Consul	01	Sala de vacina
04	Geladeira	Consul	01	Copa
05	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório odontológico

UNIDADE - CAPELA DE SÃO BRÁZ

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório médico
02	Ar condicionado 9000btus (janela)	Consul	01	Consultório odontológico
03	Ar condicionado 9000btus	Consul	01	Consultório enfermeiro
04	Ar condicionado 9000btus	Consul	01	Sala vacina
05	Geladeira 121l	Consul	01	Sala vacina (c/defeito)
06	Geladeira 300l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA I

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 300l	Consul	01	Sala de vacina
02	Ar condicionado 9000btus	LG	01	Sala de vacina
03	Bebedouro parede	Soft Star	01	Copa
04	Geladeira 261l	Consul	01	Copa
05	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Sala do médico
06	Ar condicionado 9000btus	Elgin	01	Consultório odontológico
07	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório enfermeiro

UNIDADE - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA II

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	IBBL	01	Recepção
02	Ar condicionado 9000btus	LG	02	Consultório médico/ enfermeiro
03	Geladeira 375l	Consul	01	Sala de vacina
04	Geladeira 253l	Consul	01	Copa

UNIDADE - AEROPORTO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
02	Ar condicionado 7000btus	Consul	01	Sala de vacina
03	Geladeira 280l	Dako	01	Sala de vacina
04	Geladeira 261l	Consul	01	Copa

UNIDADE - JUÁ E PILÕES

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 300l	Consul	02	Sala de vacina e copa
02	Bebedouro vertical	Libell	02	Recepção
03	Ar condicionado 12000btus	Agratto	01	P/ ser intalado
04	Ar condicionado 10000btus (janela)	Consul	01	Consultório médico (recurso próprio)

UNIDADE - COVA DO ANJO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 239l	Consul	01	Sala de vacina
02	Geladeira 262l	Electrolux	01	Copa
03	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Sala de vacina

UNIDADE - JACARÉ

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 260l	Consul	01	Sala de vacina
02	Ar condicionado 12000btus inverter	LG	01	Sala de vacina
03	Geladeira 262l	Electrolux	01	Copa
04	Bebedouro vertical	IBBL	01	Recepção
05	Ar condicionado 12000btus inverter	Springer	01	Consultório odontológico

UNIDADE - PRADICÓ



ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 9000btus	Center frio	01	Sala de vacina
02	Ar condicionado 9000btus	Green	01	Consultório médico
03	Bebedouro vertical	IBBL	01	Recepção
04	Geladeira 262l	Electrolux	01	Copa
05	Geladeira 262l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - CARA BRANCA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 260l	Consul	01	Sala de vacina
02	Geladeira 340l	Electrolux	01	Copa
03	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Copa
04	Ar condicionado 7000btus	Agratto	01	Consultório enfermagem

UNIDADE - SANTA RITA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 324l	Consul	01	Sala de vacina
02	Geladeira 275l	Consul	01	Copa
03	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
04	Ar condicionado 9000btus	Springer	01	Consultório odontológico

UNIDADE - EXTREMA

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 9000btus inverter	Philco	01	Consultório médico
02	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório odontológico
03	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Copa
04	Geladeira 275l	Consul	01	Copa
05	Geladeira 300l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - VIDÉU

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório odontológico
02	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório médico
03	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
04	Geladeira 262l	Consul	01	Copa
05	Geladeira 300l	Consul	01	Sala de vacina

UNIDADE - LIMOEIRO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL
01	Geladeira 300l	Consul	01	Sala de vacina
02	Geladeira 300l	Consul	01	Copa
03	Bebedouro vertical	Libell	01	Recepção
04	Ar condicionado 7000btus	Agratto	01	Consultório médico

UNIDADE - LOPES

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Sala vacina
02	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Consultório enfermeiro
03	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Consultório odontológico
04	Geladeira 236l	Esmaltec	01	Sala vacina
05	Geladeira 236l	Electrolux	01	Copa
06	Bebedouro vertical	IBBL	01	Recepção

UNIDADE - JATOBÁ

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	LG	01	Sala vacina (c/defeito)
02	Ar condicionado 9000btus	Philco	01	Consultório odontológico
03	Geladeira 300l	Consul	01	Sala vacina
04	Geladeira 300l	Consul	01	Copa
05	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção

UNIDADE - PASSAGEM DE PEDRAS



ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 300l	Consul	01	Sala vacina
02	Geladeira	Consul	01	Copa

UNIDADE - JOSÉ PIMENTEL I e II

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Ar condicionado 12000btus	Springer	01	Consultório odontológico
02	Ar condicionado 12000btus	Springer	01	Consultório médico I
03	Ar condicionado 9000btus	LG	01	Consultório enfermeiro
04	Ar condicionado 9000btus	Agratto	01	Consultório médico II
05	Ar condicionado 9000btus	Electrolux	01	Sala vacina
06	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
07	Geladeira 342l	Consul	01	Sala vacina
08	Geladeira 236l	Electrolux	01	Copa
09	Bbedouro vertical	Masterfrio	01	Copa (recurso próprio)

UNIDADE - BARRA DE SÃO PEDRO

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 324l	Consul	01	Sala de vacina
02	Geladeira 280l	Consul	01	Copa
03	Bebedouro (vertical)	Electrolux	01	Recepção
04	Ar condicionado 9000btus	Elgin	01	Sala vacina
05	Ar condicionado 9000btus	Elgin	01	Consultório enfermagem
06	Ar condicionado 9000bts	Mídia	01	Consultório médico
07	Ar condicionado 9000btus	Consul	01	Consultório odontológico

UNIDADE - TAMBORIL

ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	QUANTIDADE	LOCAL EM QUE O BEM SE ENCONTRA
01	Geladeira 280l	Dako	01	Sala vacina
02	Geladeira 340l	Consul	01	Copa
03	Bebedouro vertical	Esmaltec	01	Recepção
04	Ar condicionado 9000btus (janela)	Springer	01	Sala vacina
05	Ar condicionado 9000btus (janela)	Springer	01	Consultório odontólogo
06	Ar condicionado 9000 btus (janela)	Carrier	01	Consultório médico

1.2. O futuro Contrato terá vigência de **12 (DOZE) MESES**, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021. Podendo ser prorrogado nos termos os artigos 106 e 107 da lei 14.133 de 2021.

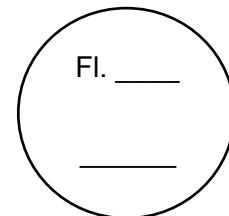
1.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

1.3. A estimativa aqui apresentada é resultado de pesquisa de preços, com objetivo de identificar os preços praticados pela Administração Pública no período da contratação. Para tanto, buscou-se atender ao disposto na Instrução Normativa da SEGES nº 65/2021, a qual versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, resultando em MENOR PREÇO estimado conforme planilha acima.

1.4. Para dar início ao presente processo administrativo, o Município de OURICURI/PE através do Setor Competente, procedeu à cotação de preços obtendo o valor estimado para contratação.

1.5. Os valores estimados da futura contratação direta estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.6. Dado que o(s) produto(s)/material(is) pretendido(s) possui(em) padrão(ões) de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, poderá(ão) ser adquirido(s) por meio de Pregão, conforme disposto no Art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021,



2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

2.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico de Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo ao processo.

3 - DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO:

3.1. O presente termo tem como objetivo justificar a necessidade de REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, ATRAVÉS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE OURICURI/PE.

3.2. Necessidade da Contratação

3.2.1. A contratação dos serviços e fornecimento de peças é essencial para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos de climatização e refrigeração utilizados nas dependências municipais, evitando transtornos nas atividades administrativas e operacionais das secretarias.

3.3. A manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos visa:

3.3.1. Preservar o patrimônio público, reduzindo custos com substituições desnecessárias;

3.3.2. Assegurar o conforto térmico para servidores e cidadãos que utilizam os espaços públicos

3.3.3. Garantir a conservação de alimentos, medicamentos e insumos essenciais, especialmente em unidades de saúde, escolas e demais órgãos que dependem de refrigeração adequada.

3.4. Justificativa para o Registro de Preços

3.4.1. O sistema de Registro de Preços é a modalidade mais adequada para essa contratação, pois:

3.4.2. Permite a aquisição dos serviços e materiais de forma escalonada e conforme a necessidade de cada secretaria, evitando estoques excessivos e desperdício de recursos, proporciona economia de escala, garantindo valores mais competitivos e vantajosos para a administração pública, garante celeridade nos atendimentos emergenciais, evitando a paralisação de atividades essenciais por falta de equipamentos em funcionamento.

3.5. Impacto e Benefícios:

3.5.1. Com a contratação desses serviços e aquisição dos materiais necessários, espera-se: redução de custos com manutenções emergenciais por meio da implementação de um plano de manutenção preventiva, maior eficiência energética, evitando o consumo excessivo de energia por equipamentos com falhas ou mau funcionamento e maior vida útil dos aparelhos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

3.6. Diante do exposto, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de climatização e refrigeração, bem como a aquisição de peças e recarga de gás, por meio de Registro de Preços, se mostra a alternativa mais eficiente, econômica e vantajosa para a administração municipal, garantindo a continuidade dos serviços públicos e o bem-estar da população.

4 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Para atender às demandas da Prefeitura Municipal de OURICURI/PE e suas Secretarias, o presente Registro de Preços visa a contratação de empresa especializada para a prestação de futuros e eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como instalação e reposição de peças dos seguintes equipamentos:

4.1.1. Sistemas de Climatização (Ar-Condicionado);

4.1.2. Instalação de novos aparelhos de ar-condicionado, conforme necessidade;

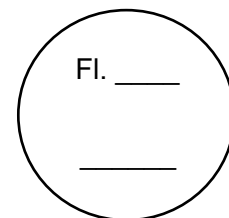
4.1.3. Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos existentes;

4.1.4. Reposição de peças danificadas e componentes elétricos/mecânicos;

4.1.5. Recarga de gás refrigerante;

4.1.6. Higienização e limpeza periódica dos equipamentos;

4.1.7. Troca de gás refrigerante, quando necessário;



4.1.8. Revisão do sistema elétrico dos equipamentos;

4.2. Justificativa Técnica

4.2.1. A manutenção preventiva garantirá a conservação e o prolongamento da vida útil dos equipamentos.

4.2.2. A manutenção corretiva atenderá às demandas emergenciais, evitando a interrupção de serviços essenciais.

4.2.3. A reposição de peças e a instalação de novos equipamentos serão realizadas de forma eficiente, assegurando o funcionamento adequado dos setores municipais.

4.3. Execução dos Serviços

4.3.1. Os serviços serão realizados conforme necessidade das secretarias, respeitando cronograma e ordem de prioridade estabelecidos pelo órgão contratante.

4.4. A empresa contratada deverá garantir a qualidade técnica, utilizar materiais certificados e seguir as normas de segurança aplicáveis.

4.5. O atendimento deverá ser prestado de forma ágil, garantindo a continuidade das atividades municipais.

4.6. Com essa solução, busca-se garantir a eficiência operacional dos equipamentos, reduzir custos com substituições desnecessárias e proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores e atendimento ao público.

5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Devido aos valores da contratação, o objeto poderá ser contratado mediante pregão eletrônico com fundamento no artigo 28, inciso I e 29, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. A CONTRATADA deverá atender às demandas por meio do fiel cumprimento deste Termo de Referência e no futuro Contrato, observando as demais rotinas administrativas determinadas pela CONTRATANTE.

5.4. A CONTRATADA deverá conduzir as suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis.

5.5. As exigências de habilitação são as usuais para a generalidade do objeto e suas especificidades.

5.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.7. Não haverá exigência da garantia da contratação, por se tratar de simples prestação de serviços, não havendo risco ou complexidade que justifique a exigência de garantia de execução

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

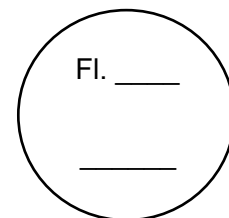
6.1 - O início da execução do objeto será após assinatura do contrato/ordem de serviço.

6.2 - A Contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazo fixados pela CONTRATANTE, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto conforme detalhamento dos serviços especificados abaixo:

6.3 - Para a execução dos serviços acima descritos, deverão ser abordados as seguintes diretrizes;

6.3.1. Instalação de Aparelhos de Ar-Condicionado: Instalação de novos aparelhos do tipo split, janela ou cassete, conforme especificação do órgão solicitante; Fixação de suportes, passagem de tubulação frigorífera e dreno; Ligação elétrica conforme normas técnicas e testes de funcionamento e vistorias técnicas pós-instalação.

6.3.2. Manutenção Preventiva: Limpeza e higienização de filtros, serpentinas e bandejas de condensação; Verificação e reaperto de conexões elétricas e mecânicas; Medição e ajuste dos níveis de gás refrigerante;



Inspeção do sistema de drenagem para evitar vazamentos; Testes de eficiência energética para otimizar o desempenho.

6.3.3 Manutenção Corretiva: Diagnóstico e reparo de falhas elétricas e mecânicas; Substituição de peças defeituosas, incluindo compressores, placas eletrônicas, sensores e ventiladores; Troca de fiação e correção de curtos-circuitos; Recuperação e substituição de tubulação danificada.

6.3.4. Aplicação de carga de gás refrigerante, conforme especificação do equipamento.

6.4. Serviços de refrigeração (geladeiras, freezers e bebedouros/geláguas).

6.4.1. Manutenção Preventiva

6.4.2. Limpeza e higienização interna e externa dos equipamentos.

6.4.3. Verificação de vedação das borrachas das portas.

6.4.4. Teste do termostato e ajuste de temperatura.

6.4.5. Inspeção do sistema elétrico e reaperto de conexões.

6.4.6. Lubrificação de componentes móveis, quando aplicável.

6.5.1. Manutenção Corretiva: Diagnóstico de falhas elétricas e mecânicas; Reparo e substituição de peças, incluindo compressores, termostatos, evaporadores, motores e placas eletrônicas; Desobstrução do sistema de drenagem de freezers e refrigeradores; Recarga de gás refrigerante, de acordo com a especificação do equipamento; Reparo ou troca de portas, dobradiças e suportes internos.

6.6. Fornecimento de peças e materiais:

6.6.1. A empresa contratada deverá fornecer todas as peças e materiais necessários para a execução dos serviços, conforme demanda da administração municipal.

6.6.2. Os componentes devem ser novos, originais e de qualidade comprovada, compatíveis com os equipamentos atendidos.

6.6.3. A substituição de peças só poderá ser realizada mediante aprovação prévia do órgão solicitante.

6.7. Condições de execução dos serviços:

6.7.1. Os serviços deverão ser realizados in loco, nos locais indicados pela Prefeitura e suas Secretarias; O atendimento deve ser prestado de forma ágil e eficiente, dentro dos prazos estabelecidos no contrato; A empresa deverá dispor de equipe técnica qualificada e devidamente registrada, com experiência comprovada na área; A execução dos serviços deverá obedecer às normas de segurança vigentes (NR-10, NR-35 e outras aplicáveis); A empresa contratada será responsável pelo descarte ambientalmente correto dos resíduos gerados durante a manutenção.

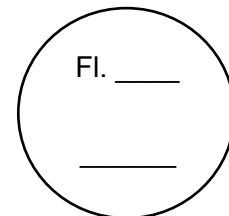
6.8. Garantia dos serviços e peças.

6.8.1. A empresa deverá oferecer garantia mínima de 90 dias para os serviços prestados e 6 meses para as peças substituídas; durante o período de garantia, caso ocorra falha no equipamento devido à execução do serviço, a empresa deverá realizar o reparo sem custo adicional.

6.9. Prazos e chamados técnicos:

6.10. Os serviços deverão ser executados mediante solicitação da Prefeitura, respeitando a urgência de cada demanda; O prazo máximo para atendimento de chamados emergenciais será de 24 horas úteis; para manutenções preventivas programadas, o cronograma será definido junto à administração municipal.

7 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO



7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.

7.6.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

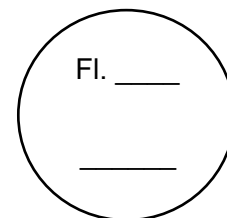
7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



7.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

7.11.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 - DO PAGAMENTO

8.1. Preço

8.1.1. O valor mensal estimado para a contratação por LOTE, será conforme o descrito no item 1.1.

8.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.2. Forma de Pagamento

8.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.2.2. Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. Prazo de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.4. Condições de Pagamento

8.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

8.4.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

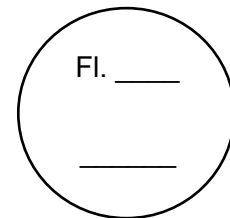
- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

8.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



8.4.6. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.4.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.4.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.11. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o futuro contrato (os);

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, vinculado ao futuro contrato;

9.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do futuro contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

9.6. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no futuro Contrato;

9.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no futuro Contrato;

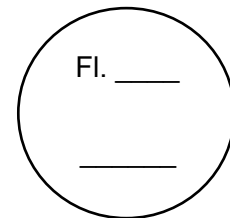
9.8 - Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;

9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada;

4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

10.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

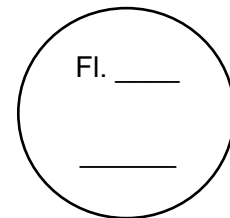
10.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



10.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do futuro contrato;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o concorrente que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;

11.1.5. Fraudar o processo;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

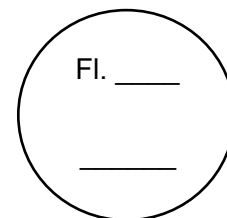
11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

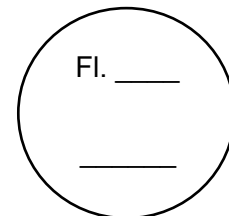
11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



12.1. Conforme previsão legal, a Dotação Orçamentária não se faz obrigatória da elaboração do Edital; Decreto nº 11.462/2023: Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12.2. As despesas dos contratos do exercício subsequente correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário, quando da elaboração dos Contratos

13 - DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

13.1. A prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação de ar-condicionado e reposição de peças e gás exige a contratação de uma empresa especializada e capacitada para atender a demanda de forma integrada. O parcelamento da solução poderia comprometer a qualidade e eficiência da execução dos serviços, tendo em vista:

13.1.1. Necessidade de Padronização

A manutenção e instalação de equipamentos de climatização exigem padronização de procedimentos e componentes, garantindo a compatibilidade entre equipamentos e peças utilizadas. O fracionamento poderia resultar na aquisição de componentes incompatíveis ou na execução de serviços sem a devida integração técnica.

13.1.2. Continuidade e Eficiência dos Serviços

A separação do fornecimento de peças, instalação e manutenção entre diferentes fornecedores poderia gerar atrasos operacionais, dificuldades de gestão e falta de responsabilidade unificada, impactando diretamente o funcionamento dos equipamentos e prejudicando a climatização adequada dos ambientes públicos.

13.1.3. Responsabilidade Técnica e Garantia

Contratar diferentes empresas para serviços e fornecimento de peças poderia gerar conflitos de garantia e dificultar a identificação de responsabilidades em caso de falhas ou problemas técnicos. A contratação de um único fornecedor garante responsabilidade técnica integral e melhor suporte técnico.

13.1.4. Redução de Custos Administrativos

O não parcelamento evita aumento de custos operacionais e administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos, pagamentos, fiscalizações e controle de execução. Além disso, permite uma negociação mais vantajosa com o fornecedor, garantindo economia para a administração pública.

13.1.5. Atendimento às Demandas Emergenciais

A Prefeitura de OURICURI/PE e suas secretarias precisam de um fornecedor capaz de atender rapidamente demandas emergenciais, o que seria inviabilizado com o parcelamento da solução. Uma única empresa contratada dentro do registro de preços pode fornecer resposta imediata às necessidades do município.

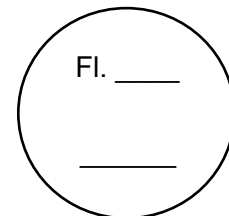
13.2. Fundamentação Legal

O não parcelamento encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que prevê a necessidade de avaliar a viabilidade técnica e econômica da divisão da contratação, sendo justificável a contratação unificada quando o fracionamento comprometer a eficiência, padronização e continuidade dos serviços.

13.3. Diante dos aspectos apresentados, o não parcelamento da solução no registro de preços para a prestação de serviços de manutenção, instalação e reposição de peças de ar-condicionado se mostra a alternativa mais viável, econômica e eficiente, garantindo padronização, continuidade dos serviços, redução de custos administrativos e melhor suporte técnico à Prefeitura Municipal de OURICURI/PE e suas Secretarias.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Poderá o Município de OURICURI revogar o presente Processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



14.2 - O Município de OURICURI deverá anular o presente Processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

14.3 - A anulação do Processo não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.

14.4 - Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

14.5 - Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6 - Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Instrumento ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

15 - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de OURICURI/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

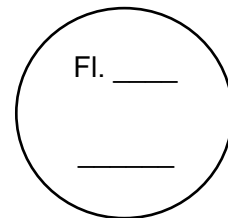
OURICURI/PE, 12 de agosto de 2025.

Paulo Teogens de Oliveira Ferreira
Ordenador de Despesas
Secretaria de Administração

Ivone de Medeiros Lima
Ordenador de Despesas
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Helvia Alencar Coêlho Vila Antunez
Ordenador de Despesas
Secretaria de Assistência Social

Ana Maria Parente de Brito
Ordenador de Despesas
Secretaria de Saúde



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de OURICURI/PE, Estado de Pernambuco.

Pela presente declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 14.133/21, bem como às cláusulas e condições do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025-SRP.

Declaramos ainda, que não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada Licitação.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer os produtos especificados no Anexo I, caso sejamos vencedor(es) da presente Licitação.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, ATRAVÉS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE OURICURI/PE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL COM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS ABAIXO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01					
02					
03					
04					
VALOR TOTAL					

O valor total da proposta é de R\$ (.....).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Telefone: e-mail:

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Representante Legal:

CPF:

Telefone: e-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

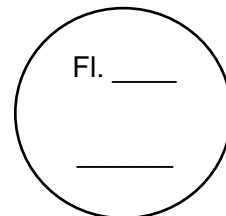
Agência:

Conta para depósito:

Titular:

Data:

Assinatura do Proponente



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ(M.F.) sob nº,
por intermédio de seu representante legal, o Sr(a) portador(a) da Carteira de
Identidade nº e CPF nº, DECLARA que:

a) A proposta económica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

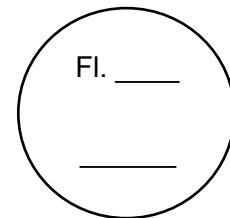
c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Local e data.

.....
DECLARANTE



ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº XXXXXXX
Pregão Eletrônico nº 041/2025-SRP

Aos dias do mês de de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de OURICURI/PE, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 041/2025-SRP do respectivo resultado homologado, publicado na Imprensa Oficial, que vai assinada pelo(a) Ordenador(a) de Despesa da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, órgão gerenciador, pelos Ordenadores de Despesas dos Órgãos Participantes e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº 041/2025-SRP

II - No Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c Lei nº 14.133/2021, ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

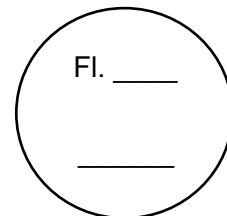
2.1 - O presente Instrumento tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, ATRAVÉS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE OURICURI/PE**, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, por um período de **12 (doze) meses**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, sendo incluído nesta ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o(s) produto(s)/serviço(s) com descontos iguais aos da(s) licitante(s) vencedor(as) na sequência da classificação do certame, conforme consta nos autos do Processo - Pregão Eletrônico nº 041/2025-SRP, conforme discriminado no quadro abaixo:

Empresa:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Representante Legal:	
CPF:	
Lotes/Itens:	

Item	Especificação	Unid.	Marca	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total						

Subcláusula Primeira - A Ata de Registro de Preços, uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Subcláusula Segunda - Este instrumento será assinado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde órgão participante e gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal e pelo(s) representante(s) do(s) fornecedor(es) legalmente credenciado(s) e identificado(s) e pelos representantes dos órgãos participantes, caso houver.



Subcláusula Terceira - O Município de OURICURI/PE, através da Secretaria Municipal de Saúde providenciará a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial e através dos meios eletrônicos necessários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Subcláusula Primeira - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - Em decorrência da publicação desta Ata, os Órgãos Participantes, caso haja, poderão firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao Órgão Gestor a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo mesmo.

Subcláusula Primeira - O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

Subcláusula Segunda - Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

Subcláusula Terceira - Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado, obedecida a ordem de classificação.

Subcláusula Quarta - As contratações decorrentes da utilização desta Ata de Registro de Preços, de que trata esta cláusula, não poderão exceder, por órgão interessado, ao somatório do quantitativo estabelecido no art. 86, §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 11.462/2023.

Subcláusula Quinta - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Subcláusula Sexta - As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

Subcláusula Sétima - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante, devendo ser observados os limites previstos nos §§ 4º e 5º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

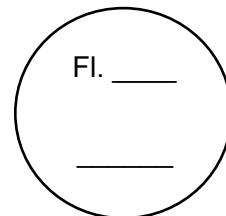
CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1 - Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Subcláusula Primeira - Competirá à Secretaria Municipal de Saúde, órgão gestor do presente Sistema de Registro de Preços, o controle e administração do mesmo, em especial, as atribuições estabelecidas no Edital.

Subcláusula Segunda - Caberá ao órgão participante e ao órgão que venha a aderir ao presente SRP, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

Subcláusula Terceira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:



- a) Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) Fornecer os produtos/serviços ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.
- c) Responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona/adesão).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados e em consonância com o Mapa de Preços, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras contratações, observada as condições de mercado.

Subcláusula Única - As quantidades previstas no Anexo I - Termo de Referência, do Edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através da(s) entidade(s) participante(s), o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o(s) item(ns)/serviço(s) especificado(s).

CLÁUSULA OITAVA - DOS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA.

8.1 - Conforme previsto no art. 18, do Decreto Federal nº 11.462/2021, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da(s) licitante(s) vencedora(s), na forma discriminada no item 2.1, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

Empresa:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Representante Legal:	
CPF:	
Lotes/Itens:	

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - Os preços registrados só poderão ser revistos nos termos estipulados no Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

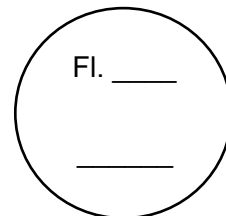
11.1 - As aquisições dos bens ou prestação de serviços que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, a ser celebrado entre o(s) órgão(s) participante(s) e o(s) licitante(s) vencedor(es).

Subcláusula Primeira - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não cumpra o prazo estabelecido pelo órgão participante ou se recuse a efetuar o fornecimento/serviço, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - No caso citado na Subcláusula anterior, será convocado, sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ENTREGA/EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

12.1 - Quanto à entrega/execução:



12.1.1 - O fornecimento dos serviços deverá estar disponibilizado à CONTRATANTE conforme Termo de Referência, que faz parte do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado pela Administração obedecidas as requisições, em moeda corrente, conforme o valor apresentado na fatura correspondente e certificado pelo setor competente, limitando-se o desembolso máximo em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

13.2 - O pagamento será efetuado através de Transferência Bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1 - À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções dos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, e suas demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro do Município de OURICURI, Estado de Pernambuco, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

Nome do titular
Cargo/Função
Órgão Gerenciador

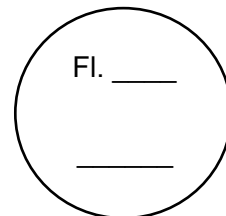
Nome do titular
Cargo/Função
Órgão Participante

Nome do titular
Cargo/Função
Órgão Participante

Nome do titular
Cargo/Função
Órgão Participante

Nome do Representante
Empresa

Empresa Detentora do Registo de Preços



ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

Contrato Administrativo nº, que entre si celebram o Município de OURICURI/PE, por intermédio da(o) Secretaria/Fundo Municipal de e

O MUNICÍPIO DE OURICURI/PE, Estado do Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, através do(a), neste ato representada por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a)., residente e domiciliado(a) nesta Cidade, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado estabelecida na, inscrita(o) no CNPJ sob o n.º neste ato representada por, Função apenas denominada(o) de CONTRATADA(O), resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista às disposições da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025-SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025-SRP, de acordo com as normas gerais da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, devidamente homologado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da(o).....

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Convocatório, nos quais a Contratada sagrou-se vencedora, na forma discriminada no quadro abaixo:

.....

2.2. Vinculam a este contrato, independentemente de transcrição:

2.2.1. Termo de Referência;

2.2.2. Edital da Licitação;

2.2.3. Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aditivado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

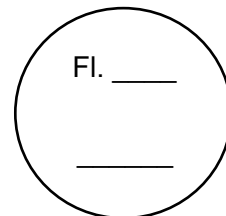
CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, através de Transferência Bancária para o fornecedor.

6.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.5. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.11. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.

6.12. Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

6.13. O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, vinculado a este contrato;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

7.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

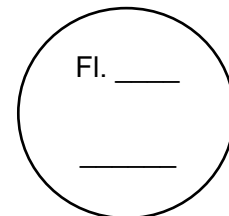
7.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada.

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.



7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em suas peças vinculadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

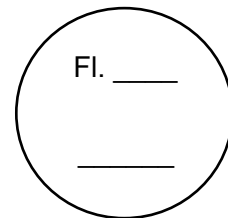
8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



8.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

8.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 10 de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 20, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 40, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b", c" e d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 50, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

10.2.4.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

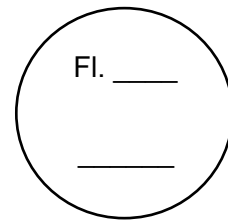
10.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 90, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 71, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente (art. 156, § 81, da Lei nº 14.133, de 2021).



10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §11, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Município decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

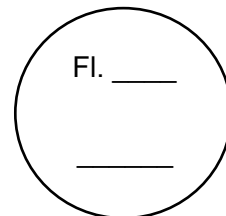
- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FONTE DE RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na dotação orçamentária abaixo discriminada:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor- e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de OURICURI/PE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1 1, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

OURICURI/PE,

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. CPF.....

2. CPF.....